




## APRESENTAÇÃO

Aumenta a pressão para a volta do auxílio emergencial. O próprio governo já começou a discutir essa possibilidade, acenando mais uma vez com exíguos duzentos reais por mês por um período limitado. Já são dezenas de projetos de lei propondo a manutenção do auxílio, apresentados na Câmara e Senado enquanto o tempo passa e a população enfrentando dificuldades.

Diferente da ação do início da pandemia, o Congresso ganha tempo para Bolsonaro sem aprovar ou encaminhar alguma proposta que repercuta no governo. Representantes das mais de 270 organizações que integram a campanha [#auxilioateofimdapandemia](#) estiveram em Brasília para defender o retorno do auxílio emergencial e a ampliação do Bolsa Família. A demanda da sociedade é pela manutenção dos R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia. 

Vale lembrar que apesar do clima de “volta ao normal”, a média de mortes da semana passada ficou acima de mil. Já são quase 10 milhões de pessoas infectadas e 240 mil mortes.

O ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos publicou a Portaria nº 457, de 10 de fevereiro de 2021, que “institui Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex Ante da Política Nacional de Direitos Humanos”. Dezenas de parlamentares já reagiram à proposta, apresentando os PDL 16/2021 e PDL 18/2021, que sustam os efeitos da Portaria. Mais de 200 entidades e movimentos da sociedade civil assinaram a Nota Contra a Portaria nº 457/21, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e em Defesa do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). O Governo também publicou quatro Decretos relacionados ao porte e comercialização de armas de fogo. Já teve reação das bancadas de oposição.

Em paralelo, mensagens de ódio são disseminadas contra aquelas e aqueles que criticam as ações do governo e defendem uma sociedade igualitária e democrática. Débora Diniz é novamente alvo desses ataques, dessa vez motivados por uma notícia falsa propagada pela internet.



A Associação Centro Dom Bosco (não por acaso ligada à deputada Chris Tonietto – PSL/RJ), agora se volta contra a pastora luterana Romi Bencke e o CONIC – Conselho de Igrejas Cristãs do Brasil. Mais de 200 organizações da sociedade civil assinam a **Nota de Solidariedade**, que ainda está aberta para adesões. A Associação é a mesma que entrou na justiça contra a organização Católicas pelo Direito de Decidir para obrigar a retirada do termo “católicas” do nome.

A deputada Chris Tonietto, aliás, já apresentou 3 propostas nesse sentido. A mais recente, o PL 434/2021, institui o Estatuto do Nascituro. Na sessão “Propostas apresentadas” falamos mais sobre ela. O Plenário da Câmara dos Deputados decidiu que vai instituir sistema híbrido de votações para permitir a volta do trabalho nas comissões, com a participação presencial e remota de deputados e deputadas. O sistema remoto deve ser utilizado preferencialmente por deputados que estão no grupo de risco da Covid-19.

## PROPOSTAS APROVADAS

A “autonomia” do Banco Central foi aprovada, para a alegria do sistema financeiro, e vai à sanção presidencial. O objetivo da instituição continuará sendo assegurar a estabilidade de preços, mas também deverá zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

O governo segue na intenção de também aprovar à toque de caixa as reformas administrativa e tributária, mas nessa semana, ainda não entrou nenhum projeto sobre isso na pauta.

Em destaque a aprovação, no Senado, do PDL 562/2020 que aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância – Convenção Interamericana contra o Racismo. A proposta vai à promulgação.

## EM PAUTA NA SEMANA

### NO CONGRESSO NACIONAL

Entre as proposições na pauta no dia 18, quinta-feira, temos o [PL 5.238/2020](#) em regime de urgência. De autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF) e outros, altera o Código de Processo Penal para vedar uso de linguagem ou material que afete a dignidade das partes ou testemunhas nos atos processuais. Ele também altera o Código Penal para instituir o tipo penal violência institucional no curso do processo. É o PL motivado pelo caso da Mariana Ferrer. As deputadas argumentam que tripudiar de uma mulher para livrar a responsabilidade de um homem com atitude violenta alimenta o ciclo de violência contra as mulheres.

Também teremos em Regime de Urgência o [PL 6298/2019](#), de autoria da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), que altera a Lei Maria da Penha, para determinar a aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida). O Consórcio da Lei Maria da Penha se posicionou sobre o Projeto em nota enviada às lideranças dos partidos de esquerda. Favorável ao projeto, as especialistas destacaram a necessidade de pressionar o Governo Federal para a liberação de recursos e a garantia de treinamento de profissionais.

E por fim o [PL 5043/2020](#), de autoria do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), que dispõe sobre o teste do pezinho ampliado. Também está na pauta da Câmara, em regime de urgência, a discussão do [PL 2442/2020](#), de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e outros, que dispõe sobre os pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### NO CONGRESSO NACIONAL

#### Proposta obriga exames nos recém-nascidos para detecção precoce de anormalidades

Hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, seriam obrigados a realizar nos recém-nascidos exames de triagem metabólica para detecção precoce de anormalidades. O PL 444/2021 é de autoria do deputado Francisco Junior (PSD/GO).

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Chris Tonietto (PSL/RJ) apresenta novas propostas para a retirada de direitos no campo da saúde sexual e reprodutiva

Nesta semana foi a vez da Deputada apresentar o [PL 434/2021](#), que institui o Estatuto do Nascituro [sim, de novo]. Ele ainda não sofreu despacho da Mesa Diretora, então não sabemos como vai ser a tramitação. O mais provável é que ele se junte às outras 17 propostas que estão apensadas ao [PL 478/2007](#), de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), e que já trata do tema. Estamos atentas, já que este projeto é uma das nossas prioridades de resistência.

A Deputada do Rio de Janeiro também apresentou o [PL 299/2021](#), para proibir qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos, sob o argumento do “direito à vida desde a concepção”.

## Propostas ampliam as possibilidades de esterilização voluntária

O [PL 359/2021](#), de autoria do deputado Neucimar Fraga (PSD/ES), amplia a possibilidade de esterilização voluntária, concedendo a maiores de 18 anos, ou aquele menor de idade que já possua ao menos um filho/a vivo, o direito de livremente planejar sua família. E [PL 390/2021](#), de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), permite a esterilização voluntária a partir de vinte e um anos de idade.

## Triste a sociedade que precisa de uma lei para assegurar liberdade para a amamentação

O senador Fabiano Contarato (Rede/ES), apresentou o [PL 437/2021](#), que dispõe sobre o direito de lactentes e lactantes à amamentação em estabelecimentos comerciais e prevê a prática abusiva de impedir ou constranger consumidora lactante no exercício de seu direito à amamentação dentro destes locais.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Violência contra as mulheres continua como objeto de inúmeras propostas

A deputada Rosângela Gomes (Republic/RJ), apresentou quatro propostas no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres:

- [PL 320/2021](#), dispõe sobre a proibição de exercício de cargo, emprego ou função pública de livre provimento por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra criança, adolescente, idoso e mulher;
- [PL 322/2021](#), dispõe sobre a abertura de linha de crédito especial para compra de habitação em favor de mulheres chefe de família ou vítima de violência doméstica, em momento de pandemia ou de crise financeira reconhecida pela sociedade brasileira;
- [PL 324/2021](#), autoriza o Poder executivo Federal a criar o Banco de Emprego para as mulheres vítimas de Violência Doméstica e familiar – BANVIDA;
- [PL 323/2021](#), dispõe sobre a prioridade de inclusão da mulher vítima de violência doméstica nos programas de geração de emprego e renda gerenciados e/ou financiados pelo Governo Federal.

A deputada Celina Leão (PP/DF) apresentou duas outras propostas:

- [PL 304/2021](#), que estabelece regras para coibir a violência contra a mulher, dispondo sobre a obrigatoriedade de matérias específicas em cursos de formação dos agentes de segurança pública;
- e [PL 301/2021](#), que prevê o aumento da pena nos casos de crimes contra a honra, bem como nos casos de crime de ameaça, quando praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher; e trata da monitoração eletrônica.

O [PL 355/2021](#), de autoria do deputado Nicoletti (PSL/RR), altera o Código Penal para estabelecer que a ação penal do crime de ameaça praticado contra a mulher no âmbito doméstico e familiar é pública incondicionada, além de aumentar a pena para reincidência de crime de lesão corporal e de ameaça praticado contra a mulher no âmbito doméstico e familiar e para o crime de lesão corporal e de ameaça praticado sob a vigência de medida protetiva.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

**Violência contra as mulheres** continua como objeto de inúmeras propostas

O [PL 383/2021](#), de autoria do deputado Boca Aberta (PROS/PR), dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas noturnas a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco. Já o [PL 415/2021](#), de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para garantir que idosos, pessoas com deficiência, mulheres solicitem o desembarque noturno, após às 20 (vinte) horas, fora dos pontos de desembarque de passageiros.

A deputada Dorinha Seabra (DEM/TO) apresentou o [REQ 163/2021](#), solicitando a urgência para apreciação do [PL 6298/2019](#), que altera a Lei Maria da Penha para determinar a aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida).

Curioso é o [REQ 97/2021](#), apresentado pelo deputado Fred Costa (Patriota/MG) que solicita a desapensação do [PL 4438/2020](#) (de sua autoria) do [PL 1964/2020](#), pois o que apresentou trata de violência contra animais e o segundo de violência doméstica e familiar.

Os senadores Confúcio Moura (MDB/RO) e Nelsinho Trad (PSD/MS) apresentaram os [RQS 134/2021](#), [RQS 191/2021](#) e [RQS 140/2021](#) solicitando a inclusão de suas assinaturas ao [RQS 269/2021](#), de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), para sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher.

## Direitos iguais nas premiações esportivas

Igualdade nos valores das premiações relativas às competições desportivas realizadas em todo o Brasil, por qualquer órgão, entidade ou unidade que componha os Poderes da República Federativa do Brasil. É o que propõe o [PL 321/2021](#), de autoria da deputada Rosângela Gomes (Republic/RJ), garante à mulher.

Incluir perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero no censo demográfico, é o que sugere o [PL 420/2021](#), de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede/ES).



# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Direitos iguais no exercício de liderança da bancada feminina no Senado

PRS 6/2021, de autoria da senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA) e mais 10 senadoras, altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a indicação de líder e vice-líderes da bancada feminina. Entre senadoras que assinam a proposta está a senadora Simone Tebet (MDB/MA), que retirou proposta semelhante de sua autoria.

PRS 7/2021, de autoria da senadora Rose de Freitas (MDB/ES), vai no mesmo sentido, ao alterar o Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a participação da líder da bancada feminina no colégio de líderes com direito a voz e a voto.

## Comissão Externa para acompanhar as investigações dos episódios de violência política

A deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ), requer a criação de Comissão Temporária Externa, sem ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar as investigações em torno de episódios recentes de violência política. A proposta está no REQ 113/2021.

## Reconhecimentos. Alguns bem merecidos, outros nem tanto.

A deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) apresentou o PRC 9/2021 que institui o Prêmio Mulheres na Ciência Amélia Império Hamburger, a ser concedido, anualmente, pela Câmara. Já o PL 408/2021, de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), inscreve Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Orleans e Bragança, conhecida como Princesa Isabel, no Livro dos Heróis da Pátria.

## Sexo não! Proposta extingue o direito de visita íntima de presos e presas

PL 313/2021, de autoria do deputado Daniel Silveira (PSL/RJ), altera a Lei de Execução Penal para extinguir o direito de visita íntima do preso.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Resolução da Funai contraria o direito a autodeterminação assegurado às populações indígenas

PDL 12/2021, de autoria do deputado Nilto Tatto (PT/SP) e mais 4 deputados, susta os efeitos de Resolução da Fundação Nacional do Índio que prevê em seu artigo 1º “novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela FUNAI, visando aprimorar a proteção dos povos e indivíduos indígenas, para execução de políticas públicas”.

Segundo a justificativa do PDL, os chamados “critérios específicos de heteroidentificação” definidos pela FUNAI, contrariam o direito à autodeterminação dos povos indígenas; e o argumentos citados pela Diretoria da Funai acerca da necessidade de proteger a identidade indígena e evitar fraudes na obtenção de benefícios não podem ser usados para subtrair o direito fundamental desses povos de afirmarem suas identidades e viverem de acordo com sua organização social e cultural, inclusive de dizerem quem são seus membros, nem para cercear seu acesso a políticas públicas, como a atenção à saúde diferenciada”.

## Propostas na área de trabalho: de contrato de experiência para o trabalho doméstico à fornecimento de absorventes

PL 413/2021, de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), permite a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica. O deputado apresentou também o PL 389/2021, para dispor sobre a garantia de emprego da aprendiz gestante; e o PL 391/2021, para dispor sobre o fornecimento de absorventes internos e externos nos estabelecimentos.

## Por uma propaganda não discriminatória

PL 354/2021, de autoria do deputado Luiz Nishimori (PL/PR), visa coibir a propagação de anúncios publicitários e de demais comunicações mercadológicas que fomentem o sexismo, a misoginia e outras formas de violência contra a mulher e institui política de incentivo em favor dos fornecedores de produtos e serviços que adotem ações afirmativas direcionadas à promoção da equidade entre os gêneros e ao fortalecimento da representatividade feminina no mercado de consumo (“Lei Magó”).



# VALE A PENA CONFERIR!



## Congresso em Foco

Deputados apostam em Lira para avançar com pauta antiaborto



## Cfemea

Balanco Mulheres e Resistência no Congresso Nacional - 2020



## Diálogos do Sul

O conservadorismo governamental e o descaso com os direitos reprodutivos das mulheres



## Celina/O Globo

Quem, afinal, diz que defender o direito ao aborto é imoral e contrário aos bons costumes?



## Human Rights Watch

Brasil: Revisão secreta da política de direitos humanos



## Podcast Conversa de Portão

Do BBB ao Congresso Nacional, o que está em jogo no Brasil?



Radarelaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.